

RE14741
30/34/12

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P.O. Box 3243 telephone: 5517 700 fax: 5517844
Website: www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sétima Sessão Ordinária
7 - 12 de Junho de 2015
Joanesburgo, África do Sul

EX.CL/902(XVII)
Original: Inglês

**RELATÓRIO RELATIVO À DÉCIMA QUINTA SESSÃO DA
CONFERÊNCIA MINISTERIAL AFRICANA SOBRE O AMBIENTE
(AMCEN), CAIRO, EGÍPTO, 2-6 DE MARÇO DE 2015**

**RELATÓRIO RELATIVO À DÉCIMA QUINTA SESSÃO DA CONFERÊNCIA
MINISTERIAL AFRICANA SOBRE O AMBIENTE (AMCEN), CAIRO, EGITO,
2-6 DE MARÇO DE 2015**

PARTE 1: INTRODUÇÃO

I. Antecedentes

1. A reunião ministerial da Décima Quinta Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) foi realizada em Cairo, Egito, de 4 a 6 de Março de 2015, no Hotel Dusit Thani Lakeview. A reunião ministerial foi precedida de uma reunião do grupo de peritos, que teve lugar de 2 - 4 de Março de 2015. A 15.^a Sessão foi realizada sob o tema *“Gestão do Capital Natural de África para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza”*.

II. Objectivo da 15.^a Sessão da AMCEN

2. O objectivo principal da sessão foi fornecer uma plataforma para que os Ministros Africanos do Ambiente pudessem deliberar sobre algumas das principais etapas necessárias para a utilização mais sustentável do capital natural, olhando para as políticas e estratégias para apoiar o crescimento e a transformação económica de África. Além disso, a sessão analisou os resultados da Vigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, realizada em Lima, em Dezembro de 2014, e analisou as questões pertinentes para África em preparação para a Vigésima Primeira Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) e para a Décima Primeira Conferência das Partes, que servirá como a reunião das Partes no Protocolo de Quioto (COP 21/CMP 11), a ser realizada em Paris, no final de 2015, onde espera-se que um novo instrumento jurídico seja finalizado.

3. A sessão analisou também os resultados da Primeira Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA), que teve lugar em Junho de 2014, e a sua importância para África, em particular as questões relacionadas com o processo pós-2015 e o comércio ilegal de animais selvagens. Foram também discutidas outras questões regionais pertinentes relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento sustentável, tais como o desenvolvimento e a implementação de programas emblemáticos regionais, biodiversidade, ambiente costeiro e marinho, reforço da implementação do direito ambiental em África, e o projecto de estratégia africana de adaptação às alterações climáticas, entre outros.

III. Participação

4. A conferência contou com a participação de representantes de 45 Estados-membros da AMCEN a nível de Ministros, Vice-ministros, Secretários Permanentes, Embaixadores, a Comissária para Agricultura e Economia Rural da Comissão da União Africana, principais Negociadores Africanos sobre as Alterações Climáticas e Altos Funcionários/Peritos dos Ministérios do Ambiente e das Comunidades Económicas Regionais em África.

5. A 15.^a Sessão da AMCEN contou também com a participação de representantes de organizações africanas regionais e sub-regionais, agências das Nações Unidas, organizações internacionais, secretariados de várias convenções ambientais, incluindo Secretários Executivos da UNFCCC e Convenção da ONU sobre a Biodiversidade Biológica (UNCBD), Director-executivo (CEO) do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), o Ministro de Estado para o Desenvolvimento e Francofonia da França, Ministro de Estado do Ambiente, Floresta e Alterações Climáticas da Índia, Representante do Comissário da União Europeia para o Ambiente (UE), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), instituições de pesquisa, organizações intergovernamentais e não-governamentais, Grupo da Sociedade Civil, Profissionais dos Órgãos de Comunicação Social, Mulheres e Jovens.

IV. Cerimónia de Abertura

6. A reunião ministerial foi aberta oficialmente por S.Ex.^a Eng. Ibrahim Mahlab, Primeiro-ministro da República Árabe do Egito, na Quarta-feira, 4 de Março de 2015.

7. Os discursos de abertura foram proferidos por S.Ex.^a Dr. Khaled Fahmy, Ministro do Ambiente do Egito, Presidente eleito da AMCEN; Ilustre Dr. Eng. Binilith Mahenge, Ministro de Estado do Ambiente no Gabinete do Vice-presidente da Tanzânia e Presidente cessante da AMCEN; Sra. Olushola, Playide, em representação de S.Ex.^a Sra. Rhoda Peace Nickolas, Comissária para a Economia Rural e Agricultura da União Africana, e o Sr. Achim Steiner, Director-executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP).

8. As seguintes individualidades também proferiram discursos: Sra. Annick Girardin, Ministra de Estado do Desenvolvimento e Francofonia da França; Sr. Prakash Javadekar, Ministro de Estado do Ambiente, Floresta e Alterações Climáticas da Índia; Sra. Christiana Figueres, Secretária Executiva da UNFCCC; Sr. Braulio Ferreira de Souza Dias, Secretário-executivo, CBD; Sra. Naoko Ishii, Directora-executiva da GEF; Sr. Timo Makela, Representante do Comissário da União Europeia para o Ambiente; Prof. Anthony Nyong, BAD; Sr. Husam Abudagga, Director Nacional Interino do Banco Mundial para o Egito; e Sr. Augustine Njamnshi, em nome das organizações da sociedade civil.

V. Questões organizacionais

Eleição de oficiais

9. Os seguintes países foram eleitos para integrar a Mesa da AMCEN no período 2015-2016:

Sub-região	País	Posição
África do Norte	Egito	Presidente
África Central	Gabão	Vice-presidente/Relator
África Oriental	Uganda	Vice-presidente
África Austral	Namíbia	Vice-presidente
África Ocidental	Níger	Vice-presidente

PARTE II: DELIBERAÇÕES E CONCLUSÕES**i) A reunião ministerial discutiu os seguintes assuntos:**

- (a) Gestão do capital natural de África para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza;
- (b) Comércio ilegal de animais selvagens e suas implicações para África;
- (c) Biodiversidade
- (d) Alterações climáticas

(a) Gestão do capital natural de África para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza

10. Os representantes reconheceram que o capital natural de África é fundamental para suportar a vida humana, animal e vegetal, além da sua enorme capacidade para gerar riqueza. Concordaram com a necessidade de aumentar a produtividade na utilização dos recursos naturais, a fim de aumentar os benefícios económicos e sociais para a redução da pobreza, criação de emprego e desenvolvimento sustentável. Recomendaram que a posição do capital natural na planificação e financiamento nacional deve ser elevada ao nível da dos recursos estratégicos nacionais, bem como gerida e utilizada nesse contexto, de modo a assegurar a sua sustentabilidade e contribuição para o desenvolvimento económico e estabilidade ambiental.

11. Foram feitas sugestões para reduzir a perda do capital natural e uma melhor utilização de recursos ambientais para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Vários representantes salientaram a necessidade de uma melhor governação, destacando que os Ministérios do Ambiente tinham recursos inadequados para usar na governação e que era importante elevar o estatuto dos órgãos ambientais para que possam lidar de forma efectiva com a gestão dos recursos naturais. Os governos africanos necessitam de estratégias e programas claros para inverter a situação de fluxos ilícitos e fazer o pleno uso do enorme potencial natural do continente.

12. A sessão concordou em tomar medidas a nível nacional, regional e internacional para combater o comércio ilegal de recursos naturais de África e inverter a situação dos fluxos ilícitos. Concordou sobre a necessidade de estabelecer políticas e medidas institucionais adequadas para aproveitar todo o potencial dos ricos recursos naturais de África, assegurar que o uso dos recursos naturais beneficie os países detentores dos mesmos de forma inclusiva, e criar agregação de valor na gestão sustentável dos recursos naturais. A sessão incentivou o reforço da cooperação internacional para promover a investigação, o desenvolvimento e a inovação tecnológica, bem como o desenvolvimento de capacidades para o aproveitamento sustentável dos recursos naturais do continente. A sessão concordou em convocar uma reunião conjunta de Ministros Africanos do Ambiente, Finanças e Indústria, com o objectivo de promover a importância do capital natural de África.

(b) Comércio ilegal de animais selvagens e suas implicações para África

13. Foi manifestado apreço e apoio geral ao projecto de estratégia comum proposto e à conferência internacional sobre uma questão que tem ameaçado o capital natural e, por

consequente, o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável dos países africanos. Vários representantes expressaram apreço particular à proposta de incluir os países consumidores entre os participantes da conferência, uma vez que o seu apoio era fundamental para a luta destinada a pôr fim ao comércio ilegal de animais selvagens, sendo que um deles indicou que a realização de um balanço das iniciativas existentes poderia ser utilizada para o desenvolvimento de um banco de dados.

14. Os elementos-chave a serem considerados nos próximos debates incluem a necessidade de reforçar a legislação nacional, com a imposição de sanções mais duras contra os infractores, e medidas tais como a destruição de mercadorias apreendidas e uma clara distinção entre o comércio legal e ilegal; a necessidade de reforçar a cooperação aduaneira e as agências de aplicação da lei a nível sub-regional, regional e mundial, dado que os países individuais não poderiam ganhar a luta sozinhos; a necessidade de assegurar que o tráfico de animais selvagens seja mais amplamente considerado como uma actividade criminosa de importância semelhante ao tráfico de droga; a necessidade de reforçar as plataformas regionais e sub-regionais de pesquisa, reforçar as capacidades, partilhar as boas práticas e os sistemas de comunicações; e a necessidade de promover meios de subsistência sustentáveis para as comunidades locais e de envolvê-las nos esforços de conservação, dado que enquanto elas partilharem os benefícios não irão se envolver no comércio ilegal, e a necessidade de ter em conta questões como compensação aos agricultores locais pela destruição das culturas pelos animais selvagens locais.

15. A sessão concordou que o processo de elaboração do projecto de Estratégia Comum Africana de Combate ao Comércio Ilegal de Espécies da Fauna e Flora Selvagem deve continuar na Conferência Internacional sobre o Comércio Ilegal e Exploração da Fauna e Flora Selvagem em África, a ser realizada em Brazzaville, de 27 a 30 de Abril de 2015. Incentivou os intervenientes, em particular de África, para que contribuíssem para o desenvolvimento da estratégia, bem como os países, para que fortalecessem a legislação nacional sobre o comércio ilegal de animais selvagens. A sessão concordou ainda em reforçar a cooperação no comércio legal e sustentável de animais selvagens africanos, e instou os Estados-membros a assistir e participar activamente na conferência a ser realizada em Brazzaville. Os representantes também concordaram em apresentar a estratégia na próxima sessão da AMCEN para aprovação.

(c) Biodiversidade

16. Houve consenso em relação ao valor da rica diversidade dos ecossistemas em África, bem como quanto a um compromisso comum para a sua conservação. Vários representantes comentaram sobre as oportunidades para o desenvolvimento sustentável que são fornecidas pela economia verde, e sublinharam que o desenvolvimento estava vinculado à gestão eficaz do capital natural. Muitos representantes descreveram as iniciativas em cursos nos seus países a este respeito. Os desafios da biodiversidade são, no entanto, significativos, e o impacto das alterações climáticas é particularmente preocupante. Vários representantes apelaram para uma maior coordenação e cooperação entre os países africanos no que diz respeito a questões relativas à biodiversidade e para a intensificação dos esforços de conservação.

17. Os representantes adoptaram a proposta de Directrizes Estratégicas da União Africana para a Implementação Coordenada do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e Partilha de Benefícios, e tomaram nota das Directrizes Práticas para a Implementação Coordenada do Protocolo de Nagoya em África conexas.

(d) Alterações climáticas

18. Vários representantes elogiaram o grupo de negociadores africanos pelo seu trabalho árduo e contínuo em representação de África nas negociações que antecederam a vigésima primeira sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas. Afirmaram que África tinha de falar a uma só voz durante as negociações para assegurar que as suas necessidades e aspirações sejam satisfeitas. A este respeito, alguns representantes salientaram que havia necessidade de simplificar e esclarecer o actual projecto do acordo a ser celebrado em Paris, de modo que possa orientar de forma concisa a via a seguir, para fazer face às alterações climáticas a nível regional e global. Vários representantes chamaram a atenção para os desafios causados pelo clima que África enfrenta, incluindo a seca, desertificação, cheias, ameaças à biodiversidade e a perda de meios de subsistência, e manifestaram esperança de que as vulnerabilidades específicas do continente seriam reconhecidas em qualquer acordo alcançado em Paris.

19. Os representantes enfatizaram que qualquer acordo adoptado pela Conferência das Partes na Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas na sua vigésima primeira sessão, a ser realizada em Paris, em Dezembro de 2015, deve estar em consonância com os princípios e disposições da Convenção, em especial os princípios de responsabilidades comuns mas diferenciadas, e respectivas capacidades e equidade. Deve reforçar a implementação da Convenção e seus anexos, bem como ser consistente com a ciência e a equidade, e melhorar ainda mais o sistema baseado em regras multilaterais, de forma equilibrada e ambiciosa. Deve assegurar a paridade no conteúdo e legalidade das actividades de adaptação e mitigação, e os seus meios de implementação.

20. Houve consenso que tanto a adaptação como mitigação devem ser dadas igual proeminência em qualquer acordo que emanar da reunião de Paris, em Dezembro. Vários representantes afirmaram que a adaptação facilitaria a mitigação e que a chave para a adaptação é o desenvolvimento sustentável, incluindo a preservação da biodiversidade e os recursos florestais, o desenvolvimento de energias renováveis e outras medidas. Muitos representantes salientaram a importância de financiamento adequado para medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas em África, tanto no período 2015-2020, após a adopção de um novo acordo em Paris em Dezembro de 2015, como no período além 2020, quando o novo acordo entrar em vigor.

21. A sessão encorajou também a todos os países africanos a considerar as componentes de adaptação e mitigação ao comunicar as suas Contribuições Pretendidas Determinadas a Nível Nacional (INDCs) e convidou os países desenvolvidos e outros parceiros para que disponibilizassem aos países africanos, o apoio necessário para a elaboração e comunicação das suas INDCs. A sessão saudou também a directriz elaborada pelo Grupo de Negociadores Africanos, contida no seu relatório sobre INDCs, e convidou todos os países africanos para considerar as recomendações do relatório, conforme o caso, aquando da elaboração das suas INDCs.

22. Por último, a sessão tomou nota do projecto de estratégia global africana para as alterações climáticas elaborada pela Comissão da União Africana, que deve ser divulgada junto dos Estados-membros para comentários e mais contribuições, e manditou a Mesa para analisar o projecto de estratégia para fins de aprovação e subsequente submissão à AMCEN na sua próxima sessão, para possível endosso e consequente aprovação pela Cimeira em Janeiro de 2017.

ii) Declaração e Decisões da 15.ª Sessão da AMCEN

23. Os Ministros adoptaram a Declaração de Cairo sobre a “Gestão do Capital Natural de África para o Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza”. Adoptaram também nove Decisões.

Declaração de Cairo

24. A Declaração de Cairo reconhece que o capital natural de África é fundamental para suportar a vida humana, animal e vegetal, além da sua considerável capacidade de criação de riqueza. Recomenda que a posição do capital natural na planificação e financiamento nacional deve ser elevada ao nível dos recursos estratégicos nacionais, bem como gerida e utilizada nesse contexto, de modo a assegurar a sua sustentabilidade e contribuição para o desenvolvimento económico e estabilidade ambiental.

25. A Declaração apela para o desenvolvimento de várias estratégias sobre (i) governação dos oceanos e mares (ii) agenda comum sobre as montanhas (iii) direito ambiental e instituições como parte dos instrumentos para aumentar o valor do capital natural. Solicita à Conferência para que confira mandato ao Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícito de África para fazer recomendações sobre a forma de (a) inverter a situação do fluxo ilícito de recursos financeiros provenientes dos recursos naturais e (b) industrializar e agregar valor com vista a tirar proveito do capital natural.

26. A Declaração reafirma também que a erradicação da pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta actualmente e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Reitera que o sucesso da agenda de desenvolvimento pós-2015 dependerá, em grande parte, do fornecimento de meios de implementação e de ajuda contínua ao desenvolvimento adequados, previsíveis, sustentáveis, novos e adicionais aos países em desenvolvimento, e que a materialização disto exigirá uma cooperação ampla e profunda através da revitalização e reforço da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

27. A Declaração concorda com a (i) eliminação gradual da produção e consumo de hidrofluorcarbonetos (HFC), (ii) implementação do Quadro de Acção do Fórum para o Transporte Sustentável em África, a fim de abordar as questões relativas à segurança rodoviária, reduzir as emissões dos veículos, (iii) melhoria da gestão da qualidade do ar através do reforço de políticas, legislação, quadro institucional, sistemas de gestão, sensibilização, capacitação e trabalho em rede.

28. A Declaração saúda o trabalho do Grupo de Negociadores Africanos sobre as Alterações Climáticas (AGN) relativo aos preparativos da Décima Primeira Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a ser realizada em Paris, de 30 de Novembro a 11 de Dezembro de 2015.

29. A Declaração concorda em apoiar o trabalho das missões dos Estados membros do Corpo Diplomático Africano em Nairobi, do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) em Adis Abeba, e do Grupo Africano em Nova Iorque, destinado a desenvolver e implementar um mecanismo de coordenação para a colaboração no envolvimento efectivo de todas as missões diplomáticas nos processos da União Africana e das Nações Unidas através de uma interacção, colaboração e troca de informações efectiva.

Decisões

30. Nove (9) Decisões sobre questões ambientais fundamentais que exigem um forte compromisso pelos Ministros Africanos do Ambiente foram adoptadas na reunião:

- Decisão 15/1: Aproveitamento Sustentável do Capital Natural de África no Contexto da Agenda 2063
- Decisão 15/2: Estratégia Comum Africana de Combate ao Comércio Ilegal de Espécies da Fauna e Flora Selvagem
- Decisão 15/3: Directrizes da União Africana para a Implementação Coordenada do Protocolo de Nagoya sobre o Acesso e Partilha de Benefícios (ABS)
- Decisão 15/4: Reforço da Liderança Africana na Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação
- Decisão 15/5: Projecto de Estratégia Africana sobre Alterações Climáticas
- Decisão 15/6: Relatório sobre a Assembleia Ambiental das Nações Unidas (UNEA), do Programa das Nações Unidas para o Ambiente e as actividades da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente
- Decisão 15/7: Perspectiva Ambiental Africana e a Rede de Informação sobre o Ambiente de África
- Decisão 15/8: Contribuições Pretendidas Determinadas a Nível Nacional
- Decisão 15/9: Alterações Climáticas e preparativos de África para o Acordo de 2015 no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas

iii) Local da Décima Sexta Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente

31. A Décima Sexta Sessão da AMCEN será realizada no Gabão, em 2017, juntamente com o Dia Africano do Ambiente e o Dia Wangari Maathai.

32. A Conferência recebeu também a oferta do governo da Argélia para acolher a Sexta Sessão Especial da AMCEN em 2016, juntamente com o Dia Africano do Ambiente Africano - Dia Wangari Maathai. A Sessão Especial irá analisar os resultados das conferências mundiais que terão sido realizadas em 2015, incluindo o novo Acordo sobre as Alterações Climáticas, o Quadro para a Redução de Riscos de Catástrofes Pós-2015, a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento Sustentável e a Conferência das Nações Unidas para a Adopção da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, entre outros pontos.

iv) Encerramento da Sessão

33. Após a habitual troca de cortesias, uma declaração de encerramento foi feita por S.Ex^a. Dr. Khaled Fahmy, Ministro do Ambiente do Egipto e Presidente da AMCEN. Ao felicitar os participantes pelo sucesso do seu trabalho na sessão, referiu que países africanos eram ricos em recursos, mas os seus recursos ainda não tinham sido traduzidos em riqueza financeira compatível com a sua abundância, e salientou que, só unidos é que os ministros poderiam corrigir essa situação. A reunião Ministerial e a Décima Quinta Sessão da AMCEN, foram dadas por encerradas na Sexta-feira, 6 de Março de 2015, às 15:00 horas.

2015

Report on the fifteenth session of the African ministerial conference on the environment (AMCEN), Cairo, Egypt, 2 - 6 March 2015

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4734>

Downloaded from African Union Common Repository